
PARECER JURÍDICO

Processo nº 2021.200701–Irituia-PA

Modalidade: Pregão Presencial- Sistema Registro de Preços

Interessado: Prefeitura Municipal de Irituia-PA

Assunto: Exame jurídico da minuta do Edital de Licitação na modalidade Pregão Presencial - Menor Preço por item- Sistema Registro de Preços para contratação de empresa especializada na execução de serviços mecânicos, elétricos, serviços de lanternagem, torno e solda para veículos leves e pesados (gasolina e diesel), destinados a suprir as necessidades da Administração Pública municipal, de acordo com as especificações constantes nos autos do processo de licitação 2021.200701.

Através de despacho da Pregoeira desta Municipalidade, vieram a esta assessoria jurídica os autos referentes ao processo epigrafado, onde transcorre o procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial - Menor Preço por item- Sistema Registro de Preços**, cujo objeto é a futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços mecânicos, elétricos, serviços de lanternagem, torno e solda para veículos leves e pesados (gasolina e diesel), destinados a suprir as necessidades da Administração Pública municipal, conforme especificações contidas no Termo de Referência, e de acordo com as especificações técnicas, detalhamento e diretrizes pontuadas no Edital, anexos e minuta de contrato administrativo, insertos nos autos do processo de licitação nº 2021.200701, com o fito de apreciação de sua legalidade, tendo em face o contido no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

De início, convém destacar que compete a esta Assessoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos Administrativos, que são reservados à esfera discricionária do administrador público, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa ou financeira.

No caso em tela, a análise do presente parecer é restrita a verificar, do ponto de vista jurídico formal, a regularidade para realização de Pregão na forma Presencial do Tipo Menor Preço por Item, de acordo com os parâmetros determinados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, e pelo Decreto 7.892/13.

O processo veio instruído, entre outros, com os seguintes documentos:

- Solicitações de despesas dos Secretários Municipais, contendo a descrição dos itens a serem adquiridos;

- Termo de Referência contendo as discriminações do objeto a ser adquirido;

-
- Despacho do Prefeito Municipal autorizando a tramitação do processo licitatório;
 - Pesquisa de mercado, contendo 03(três) Cotações de empresas do ramo;
 - Média de Preços;
 - Dotação orçamentária que irá atender a despesa;
 - Declaração de Disponibilidade Orçamentária;
 - Minuta Edital, Minuta Contratos e Anexos;
 - Encaminhamento da minuta do Edital para análise e parecer jurídico.

O pregão constitui modalidade de licitação adequada à aquisição de bens e contratação de serviços comuns, conforme previsão expressa no art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho 2002. Diferentemente da Lei de Licitações, onde a eleição da modalidade de licitação cabível, a rigor, opera-se por meio da análise do valor estimado para a contratação, o pregão, nos termos do que dispõe o Caput do artigo primeiro, da Lei nº 10.520/02, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado para a contratação.

O art. 11 da Lei no 10.520/2002, prescreve:

Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.

Ver-se que o Pregão foi a modalidade escolhida, e no tipo presencial, conforme justificativa apresentada, para fins de Registro de Preços, nos termos do disposto no art. 15, II da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelos Decretos nº 7.892/13 e nº 9.488/2018(Sistema de Registro de Preços), que é uma modalidade criada pela Lei nº 10.520/2002, sendo cabível para a aquisição pretendida, que tem características de bens comuns, de fácil identificação no mercado.

Cumpra esclarecer que o Sistema de Registro de Preço – SRP, pode ser definido como um conjunto de procedimentos destinado a coleta e registro formal de preços relativos a aquisição de bens ou à prestação de serviços, onde os interessados em prestar os serviços ou fornecer bens, concordam em manter, por um determinado período, os preços registrados pelo “órgão gerenciador”, na expectativa de contratações futuras.

Quanto às minutas dos documentos, propriamente ditas, ora em exame, denota-se que o edital é uma minuta-padrão elaborada em conformidade com as exigências legais contidas na Lei nº 10.520/02 (Pregão), dos Decretos Federais nos 3.555/00 (Regulamentação do Pregão) e Decretos nº 7.892/13 e nº 9.488/2018(Sistema de Registro de Preços), e da Lei Complementar nº 123/06.

Do exame da minuta do Edital constante do presente processo, entendemos que guardam regularidade com o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto 7892/2013, Decreto 3.555/2000, bem como de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, estando os atos até então praticados dentro da legalidade, uma vez que estão presentes todas as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar vício ou nulidade.

Consta ainda no edital, a indicação das exigências estabelecidas do Art. 40 da Lei 8.666/93 c/c com art. 4º da Lei 10.520/2002, bem como a documentação que os interessados deverão apresentar para serem considerados habilitados.

Destarte, o Edital está apto a ser executado, devendo a Comissão Permanente de Licitação observar, apenas, a disponibilidade do Edital aos interessados com a antecedência mínima determinada por lei.

Este é o nosso parecer.

Irituia /PA, 10 de agosto de 2021.

Cezar Augusto Rezende Rodrigues

Assessor Jurídico
OAB/PA Nº. 18.060